

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Secretaria Executiva - SE
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT
Departamento do Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - DEFIT

OFÍCIO N.º 87 - DEFIT/SFAT/SE/MT

Brasília – DF, 13 de julho de 2009.

À Sua Senhoria o Senhor
Cristiano Egnaldo Zinato
Presidente da Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP do
Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
Nesta
Em mão

Senhor Presidente,

Reportando-me à 67ª reunião da CTAP, realizada em Itajaí, SC, nos últimos dias 22 e 23, tenho formalmente a ponderar, em face dos fatos lá constatados e das informações colhidas, conforme já defendera oralmente em tal reunião:

- ◆ a urgência em se considerar as partes baixas dos rios Itajaí-açu, Itajaí-mirim e outros afluentes desses como federais;
- ◆ a premência em se fortalecer o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí ou Comitê do Itajaí, estadual, que não tem opinado previamente em declarações de reserva de disponibilidade hídrica de aproveitamentos hidroenergético, segundo declaração de parte de seus membros;
- ◆ a conveniência de se aperfeiçoar o instituto do Comitê de Bacia Hidrográfica, a partir do estudo de caso do comitê estadual acima enfocado;
- ◆ a necessidade de se ter um comitê de bacia hidrográfica misto (federal e estadual) para a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açu ou de se ter diversos comitês de bacia hidrográfica para a mesma macrobacia: um federal, na parte baixa do rio Itajaí-açu e seus afluentes que sofrem influência de maré em amplitude anual igual ou maior do que 5 cm, e tantos outros estaduais quantos forem as partes estaduais desses rios;
- ◆ na regulamentação do inciso III do artigo 35 da Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a necessidade de se considerar como sujeitos à deliberação do CNRH os aproveitamentos de recursos hídricos estaduais da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açu em relação à parte federal do rio Itajaí-açu e às federais de seus afluentes.

1. Preliminares.

Para melhor situar minhas argumentações, faço as seguintes transcrições legais, esclarecendo que os grifos e iluminações são meus:

1.1. Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB

“
Art. 20. São bens da União:
I - (*ommissis*);
II - (*ommissis*)
III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;
IV - (*ommissis*)
V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;
VI - o mar territorial;
VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;
VIII - os potenciais de energia hidráulica;
.....”

1.2. Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

“
Art. 1º Incluem-se entre os bens imóveis da União:
a) os terrenos de marinha e seus acrescidos;
.....
l) os que tenham sido a algum título, ou em virtude de lei, incorporados ao seu patrimônio.
.....”

SEÇÃO II DA CONCEITUAÇÃO

Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831:

- a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;
- b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

Art. 3º São terrenos acrescidos de marinha os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.
.....”

1.3. Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

“
Art. 5º São objeto de concessão, mediante licitação:
I - o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 1.000 kW e a implantação de usinas termelétricas de potência superior a 5.000 kW, destinados a execução de serviço público;

II - o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 1.000 kW, destinados à produção independente de energia elétrica;

III - de uso de bem público, o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 10.000 kW, destinados ao uso exclusivo de autoprodutor, resguardado direito adquirido relativo às concessões existentes.

§ 1º Nas licitações previstas neste e no artigo seguinte, o poder concedente deverá especificar as finalidades do aproveitamento ou da implantação das usinas.

§ 2º Nenhum aproveitamento hidrelétrico poderá ser licitado sem a definição do "aproveitamento ótimo" pelo poder concedente, podendo ser atribuída ao licitante vencedor a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos básico e executivo.

§ 3º Considera-se "aproveitamento ótimo", todo potencial definido em sua concepção global pelo melhor eixo do barramento, arranjo físico geral, níveis d'água operativos, reservatório e potência, integrante da alternativa escolhida para divisão de quedas de uma bacia hidrográfica.

(ommissis)

Art. 7º São objeto de **autorização**:

I - a implantação de usinas termelétricas, de potência superior a 5.000 kW, destinada a uso exclusivo do autoprodutor;

II - **o aproveitamento de potenciais hidráulicos, de potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 10.000 kW, destinados a uso exclusivo do autoprodutor.**

Parágrafo único. As usinas termelétricas referidas neste e nos arts. 5º e 6º não compreendem aquelas cuja fonte primária de energia é a nuclear.

Art. 8º **O aproveitamento de potenciais hidráulicos, iguais ou inferiores a 1.000 kW, e a implantação de usinas termelétricas de potência igual ou inferior a 5.000 kW, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicados ao poder concedente.**

1.4. Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

Art. 26. Cabe ao Poder Concedente, diretamente ou mediante delegação à ANEEL, autorizar: (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004)

I - **o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, destinado a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica;** (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

(ommissis)

VI - **o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000 (mil) kW e igual ou inferior a 50.000 (cinquenta mil) kW, destinado à produção independente ou autoprodução, independentemente de ter ou não características de pequena central hidrelétrica. (Incluído pela Lei nº 11.943, de 2009)**

1.5. Resolução n.º 652, de 9 de dezembro de 2003, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que estabelece critérios para o enquadramento de aproveitamento hidrelétrico na condição de Pequena Central Hidrelétrica (PCH).

Art. 1º Estabelecer, na forma desta Resolução, **os critérios para o enquadramento de aproveitamento hidrelétrico, com potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a**

30.000 kW, destinado a produção independente, autoprodução ou produção independente autônoma, na condição de Pequena Central Hidrelétrica (PCH).

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Resolução são adotados os seguintes conceitos e definições:

I - área do reservatório: área da planta à montante do barramento, delimitada pelo nível d'água máximo normal de montante;

II - nível d'água máximo normal de montante: nível de água máximo no reservatório para fins de operação normal da usina, definido através dos estudos energéticos, correspondendo ao nível que limita a parte superior do volume útil;

III - nível d'água mínimo normal de montante: nível de água mínimo do reservatório para fins de operação normal da usina, definido através dos estudos energéticos, correspondendo ao nível que limita a parte inferior do volume útil; e

IV - nível d'água normal de jusante: nível d'água a jusante da casa de força para a vazão correspondente ao somatório dos engolimentos máximos de todas as turbinas, sem considerar a influência da vazão vertida.

Art. 3º **Será considerado com características de PCH o aproveitamento hidrelétrico com potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, destinado a produção independente, autoprodução ou produção independente autônoma, com área do reservatório inferior a 3,0 km².**

Art. 4º O aproveitamento hidrelétrico que não atender a condição para a área do reservatório de que trata o artigo anterior, respeitados os limites de potência e modalidade de exploração, será considerado com características de PCH, caso se verifique pelo menos uma das seguintes condições:

I - atendimento à inequação:

$$A \leq \frac{14,3 \times P}{H_b}$$

Sendo:

P = potência elétrica instalada em (MW);

A = área do reservatório em (km²);

H_b = queda bruta em (m), definida pela diferença entre os níveis d'água máximo normal de montante e normal de jusante;

II - reservatório cujo dimensionamento, comprovadamente, foi baseado em outros objetivos que não o de geração de energia elétrica.

§ 1º Para o atendimento à inequação a que alude o inciso I, fica estabelecido, adicionalmente, **que a área do reservatório não poderá ser superior a 13,0 km².**

§ 2º **Na verificação da condição descrita no inciso II, a ANEEL articulará com a Agência Nacional de Águas - ANA, os Comitês de Bacia Hidrográfica, os Estados e o Distrito Federal, conforme for o caso, de acordo com a respectiva competência, quanto aos objetivos para definir as dimensões do reservatório destinado ao uso múltiplo.**

Art 5º É de total responsabilidade do empreendedor informar, à área competente da ANEEL, os dados e memórias de cálculo, inclusive quanto à veracidade e consistência dos mesmos.

Parágrafo único. As áreas de fiscalização da ANEEL poderão, a qualquer tempo, verificar as informações prestadas, solicitar relatórios complementares, e, caso seja identificada falsidade ou inconsistência, indicar a revisão do enquadramento como PCH e das demais condições resultantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

.....”

1.6. Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamentou o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e alterou o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

“
Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

.....
Art. 11. **O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.**

.....
Art. 13. Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

Parágrafo único. **A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.**

.....
Art. 35. **Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:**

I - *(ommissis)*;

II - *(ommissis)*

III - deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;

.....
Art. 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo único. A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

(ommissis)

Parágrafo único. Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

1.7. Lei do Estado de Santa Catarina n.º 9.748, de 30 de novembro de 1994, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 1º A Política Estadual de Recursos Hídricos, como instrumento de utilização racional da água compatibilizada com a preservação do meio ambiente, reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - Princípios Fundamentais:

a) o gerenciamento dos recursos hídricos deve ser integrado, descentralizado e participativo, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico;

b) as bacias hidrográficas constituem unidades básicas de planejamento do uso, conservação e recuperação dos recursos hídricos;

c) a água deve ser reconhecida como um bem público de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, com a finalidade de gerar recursos para financiar a realização das intervenções necessárias à utilização e à proteção dos recursos hídricos;

d) o uso da água para fins de diluição, transporte e assimilação de esgotos urbanos e industriais, por competir com outros usos, deve ser também objeto de cobrança;

e) sendo os recursos hídricos bens de múltiplo e competitivo (sic), a outorga de direitos de seu uso é considerada instrumento essencial para o seu gerenciamento e deve atender aos seguintes requisitos:

- a outorga de direitos de uso das águas deve ser de responsabilidade de um único órgão, não setorial;

- na outorga de direitos de usos de água de domínio federal e estadual de uma mesma bacia hidrográfica, a União e o Estado deverão tomar medidas acauteladoras mediante acordos entre Estados definidos em cada caso, com interveniência da União.

II - Princípios de Aproveitamento:

a) a utilização dos recursos hídricos deve ter como prioridade maior o abastecimento humano;

b) os corpos de águas destinados ao abastecimento humano devem ter seus padrões de qualidade compatíveis com esta finalidade;

c) todas as utilizações dos recursos hídricos que afetem sua disponibilidade qualitativa ou quantitativa, ressalvadas aquelas de caráter individual, para satisfação de necessidades básicas da vida, ficam sujeitas a prévia aprovação do órgão competente;

d) o aproveitamento e controle dos recursos hídricos, inclusive para fins de geração de energia elétrica, levará em conta, principalmente:

- a utilização múltipla dos recursos hídricos, especialmente para fins de abastecimento urbano, irrigação, turismo, recreação, navegação, aquicultura, esportes e lazer;

- o controle de cheias, a prevenção de inundações, a drenagem e a correta utilização das várzeas;

- o rateio do custo das obras de aproveitamento múltiplo de interesse comum ou coletivo, entre os beneficiados;

- o enquadramento dos corpos d'água, conforme legislação pertinente

III - Princípios de Gestão:

a) a gestão dos recursos hídricos tomará como base a bacia hidrográfica e incentivará a participação

dos municípios e dos usuários de água de cada bacia;

b) a vinculação aos critérios e normas estabelecidos pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

c) o Plano Estadual de Recursos Hídricos, revisto e atualizado com uma periodicidade mínima de 04 (quatro) anos.

(ommissis)

SEÇÃO III

Das Diretrizes

Art. 3º O Estado, obedecidos os critérios e normas estabelecidos pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, assegurará os meios financeiros e institucionais para:

I - utilização racional dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, assegurado o uso prioritário para o abastecimento das populações;

II - descentralização da ação do Estado por bacias hidrográficas;

III - proteção e conservação das águas contra ações que possam comprometer o seu uso atual e futuro;

IV - implantação de sistemas de alerta e defesa civil para garantir a segurança e a saúde públicas, quando de eventos hidrológicos indesejáveis, em conjunto com os municípios;

V - prevenção da erosão dos solos urbanos e rurais, com vistas à proteção contra a poluição física e o assoreamento dos cursos d'água;

VI - desenvolvimento do transporte hidroviário e seu aproveitamento econômico;

VII - implantação, conservação e recuperação das áreas de proteção permanente e obrigatória;

VIII - desenvolvimento de programas permanentes de conservação e proteção das águas subterrâneas contra poluição e superexploração;

IX - zoneamento de áreas inundáveis com restrições a usos incompatíveis nas áreas sujeitas a inundações freqüentes e manutenção da capacidade de infiltração do solo;

X - promoção de ações integradas nas bacias hidrográficas, tendo em vista o tratamento de efluentes e esgotos urbanos, industriais e outros, antes do lançamento nos corpos d'água;

XI - participação comunitária através da criação de Comitês de Bacias Hidrográficas, congregando usuários de água, representantes políticos e de entidades atuantes na respectiva bacia;

XII - incentivo à formação de consórcios entre os municípios, tendo em vista a realização de programas de desenvolvimento e proteção ambiental;

XIII - apoio técnico e econômico aos Comitês de bacias hidrográficas;

XIV - articulação com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e demais Sistemas Estaduais ou atividades afins, tais como de planejamento territorial, meio ambiente, saneamento básico, agricultura e energia;

XV - compensação através da instituição de programas de desenvolvimento aos municípios que sofreram prejuízos decorrentes de inundações de áreas por reservatórios bem como de outras restrições resultantes de leis de proteção aos mananciais;

XVI - apoio aos municípios afetados por áreas de proteção ambiental de especial interesse para os recursos hídricos, com recursos provenientes do produto da participação, ou da compensação financeira do Estado no resultado da exploração de potenciais hídricos em seu território, respeitada a legislação federal;

XVII - cobrança pela utilização dos recursos hídricos, segundo peculiaridades de cada bacia hidrográfica, em favor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos;

Parágrafo único. A fixação de tarifa ou preço público pela utilização da água previsto no inciso XVII, se fundamentará nas diretrizes estabelecidas nesta Lei.

(ommissis)

Art. 12. As obras de uso múltiplo, ou de interesse comum ou coletivo, terão seus custos ratea-

dos, direta ou indiretamente, segundo critérios e normas a serem estabelecidos pelo regulamento desta Lei, atendidos os seguintes procedimentos:

I - **prévia negociação, realizada no âmbito do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica pertinente, para fins de avaliação do seu potencial de aproveitamento múltiplo e consequente rateio de custo entre os possíveis beneficiários;**

II - previsão de formas de retorno dos investimentos públicos ou justificada circunstanciadamente a destinação de recursos a fundo perdido;

III - concessão de subsídios somente no caso de interesse público relevante e na impossibilidade prática de identificação dos beneficiados, para o consequente rateio de custos.

(ommissis)

SEÇÃO III

Dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas

Art. 20. Em cada bacia hidrográfica será instituído um Comitê de Gerenciamento, ao qual caberá a coordenação programática das atividades dos agentes públicos e privados relacionados aos recursos hídricos, compatibilizando, no âmbito especial da sua respectiva bacia, as metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos com a melhoria da qualidade dos corpos d'água.

(ommissis)

Art. 27. Compete aos Comitês de Bacias Hidrográficas:

I - elaborar e aprovar a proposta do Plano da respectiva bacia hidrográfica e acompanhar sua implementação;

II - encaminhar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos a proposta relativa a bacia hidrográfica, contemplando, inclusive, objetivos de qualidade, para ser incluída no Plano Estadual de Recursos Hídricos;

III - aprovar os programas anuais e plurianuais de investimentos em serviços e obras de interesse da bacia hidrográfica, tendo por base o Plano da respectiva bacia;

IV - propor ao órgão competente o enquadramento dos corpos de água da bacia hidrográfica em classes de uso e conservação.

V - propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, os valores a serem cobrados pelo uso da água da bacia hidrográfica;

VI - realizar o rateio dos custos de obras de interesse comum a serem executados na bacia hidrográfica;

VII - compatibilizar os interesses dos diferentes usuários da água, dirimindo, em primeira instância, os eventuais conflitos;

VIII - promover a cooperação entre os usuários dos recursos hídricos;

IX - realizar estudos, divulgar e debater, na região, os programas prioritários de serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade, definindo objetivos, metas, benefícios, custos, riscos sociais e ambientais;

X - fornecer subsídios para elaboração do relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica;

XI - Gerenciar recursos financeiros e tecnológicos junta a organismos públicos, privados e instituições financeiras;

XII - solicitar apoio técnico, quando necessário, aos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

.....”

2. A parte baixa do rio Itajaí-açu, assim como as partes baixas de alguns de seus afluentes, dentre os quais o rio Itajaí-mirim, pertencem à União.

A bacia hidrográfica do rio Itajaí-açu insere-se por completo no Estado de Santa Catarina, de sorte que o rio Itajaí-açu e seus afluentes são rios catarinenses.

Entrementes, as partes baixas dos rios Itajaí-açu, Itajaí-mirim e outros são ladeadas por terrenos de marinha, de suas fozes até onde a maré se faz sentir em amplitude maior ou igual a cinco centímetros, fazendo com que essas águas sejam federais, consoante o disposto no inciso III do **caput** do artigo 20 da CRFB.

Pertencendo à União, a parte baixa dos rios Itajaí-açu, Itajaí-mirim e outros, as outorgas de uso de recursos hídricos nesses trechos de rio têm que se processar pela Agência Nacional de Águas – ANA ou, no mínimo, com sua aquiescência.



A figura¹ acima mostra a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açu e três reservatórios de retenção de cheias: Barragem Oeste, situada no rio Itajaí do Oeste e concluída em 1973; a Barragem Sul, situada no rio Itajaí do Sul e concluída em 1975; e a Barragem Norte, situada no rio Itajaí do Norte e concluída em 1992.

3. A regulamentação do inciso III do artigo 35 da Lei n.º 9.433/1997.

Diz o artigo 35 da Lei n.º 9.433/1997:

“Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

.....
III - **deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;**
.....

”(a iluminação e os grifos são meus)

¹ imagem obtida nesta data e em <http://www.furb.br>

É óbvio que todo aproveitamento de recurso hídrico a montante do trecho federal repercute neste, seja por comissão, seja por omissão.

Serão por comissão os aproveitamentos de recursos hídricos que alterarem a quantidade, a qualidade ou o regime² do corpo hídrico;

Serão por omissão, os aproveitamentos de recursos hídricos que não forem fruto de planejamento integrado de uso de recursos hídricos, que sejam apenas setoriais quando deveriam ser multiuso, como os aproveitamentos hidroenergéticos que estão a se materializar na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açu e que não contribuirão para minorar os efeitos dos eventos hidrológicos críticos que acontecem na parte baixa de tal bacia hidrográfica.

Extrapolam o âmbito do Estado de Santa Catarina os aproveitamentos hidroenergéticos apontados no item 4, na medida em que deveriam ser multiuso e, não sendo, não contribuem para diminuir as cheias dos rios Itajaí-açu e Itajaí-mirim, nas suas partes baixas.

4. Empreendimentos energéticos referentes à Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açu já com declaração de reserva de disponibilidade hídrica.

Além da legislação federal, a catarinense dá poderes explícitos aos comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica para atuarem previamente **em obras de uso múltiplo ou de interesse comum ou coletivo**, nos termos do artigo 12 da Lei Estadual n.º 9.748, de 1994, mas isso não se observa, como se depreende da série de declarações de reservas de disponibilidade hídricas a seguir apontadas, que não mencionam a oitiva do Comitê do Itajaí, associadas ao depoimento de parte desse comitê por ocasião da 67ª reunião da CTAP.

Assim, considerando que Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açu é sujeita a eventos hidrológicos críticos;

Considerando que o inciso IV do artigo 1º da Lei n. 9.433/1997 estatui como fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos o uso múltiplo das águas;

Considerando que todo e qualquer barramento de aproveitamento hidroenergético, seja a fio d'água³ ou com reservatório de acumulação⁴, também pode vir a ter um reservatório de retenção de cheias;

² Regime fluvial pode ser definido como a distribuição das vazões ao longo do ciclo hidrológico.

Como as vazões em uma determinada seção transversal de um curso d'água dependem do regime pluviométrico, ou seja, da distribuição das precipitações na referida bacia hidrográfica ao longo do ciclo hidrológico, há estreita correspondência entre regime fluvial e regime pluviométrico. Contudo, os regimes fluviais são influenciados por ações antrópicas na bacia hidrográfica, para um mesmo regime pluvial, ou melhor, os regimes fluviais dependem dos regimes pluviais, mas a recíproca não é verdadeira.

É comum se ter correlações entre vazões e níveis d'água em certas seções transversais de cursos d'água, ou seja, estabelecerem-se as chamadas curvas-chave. Entrementes, as alterações de níveis d'água de uma barragem a fio d'água não podem ser tidas como alterações de regime do respectivo curso d'água, pois esse atributo é exclusivo de vazões.

³ **Usina a Fio D'água**, segundo Ray K. Linsley e Joseph B. Franzini em **Engenharia de Recursos Hídricos**, tradução e adaptação de Luiz Américo Pastorino, São Paulo: McGraw-Hill e Univ. de São Paulo, 1978: *"...Uma usina a fio d'água, em geral, dispõe de uma capacidade de armazenamento muito pequena e só pode utilizar água à medida que esta chega até ela. Algumas usinas a fio d'água dispõem de suficiente capacidade de armazenamento (é um represamento) para possibilitar a acumulação de água durante as horas que não são de pico, a fim de utilizá-las nas horas de pico do mesmo dia..."*

Na Resolução n.º 556, de 19 de dezembro de 2006, referente à futura Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, a Agência Nacional de Águas – ANA definiu **operação a fio d'água** como: **vazões defluentes iguais às vazões afluentes**.

Considerando que a exegese do parágrafo único do artigo 13 da Lei n.º 9.433/1997 vai além do óbvio, à luz dos objetivos das outorgas de uso de recursos hídricos estatuídas pelo artigo 11 da mesma lei, notadamente o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, combinados com o objetivo de uso racional e integrado dos recursos hídricos da Política Nacional de Recursos Hídricos (inciso II do artigo 2º da Lei n.º 9.433/1997): o uso múltiplo é a tônica, o setorial a exceção;

Considerando que não se pode desperdiçar a oportunidade de se equacionar a questão das cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açu por intermédio de aproveitamentos multiusos, deve o CNRH chamar a si todos os projetos abaixo listados, ao abrigo do inciso III do artigo 35 da Lei n. 9.433/1997, para análise e posterior deliberação.

Por oportuno, esclareço que as informações a seguir foram obtidas no seguinte sítio eletrônico e nesta data: <http://www.aguas.sc.gov.br>

4.1. PCH – Arrozeira Meyer, no rio dos Cedros.

“PORTARIA SDS Nº 065, 20 DE DEZEMBRO DE 2007

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007; Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994; Decreto Estadual nº 4.778 de 11 de outubro de 2006 e Portarias nºs 025/2006, 035/2006 e 035/2007, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, resolve e torna público, em resposta à solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL: PROCESSO nº: 48500.002781/2003-42

Art. 1º Declarar reservadas à ANEEL, na seção do Rio dos Cedros, situada nas coordenadas 26º39'40"S e 49º19'57"W, as vazões naturais afluentes, conforme a série de vazões aprovada pela ANEEL, constante no Projeto Básico apresentado, subtraídas das vazões destinadas ao atendimento de outros usos consuntivos a montante.

Parágrafo único - As vazões destinadas ao atendimento de outros usos representam o cenário projetado para um horizonte de 30 anos, considerando-se os usos múltiplos a montante da bacia. Como critério para definição do valor máximo de vazão outorgável, foi adotado o valor de 50% da Q_{98} (vazão com permanência em 98% do tempo), que resultou em uma vazão de 0,983 m³/s, a ser subtraída das vazões naturais afluentes.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade do aproveitamento hidrelétrico PCH Arrozeira Meyer, localizada no município de Rio dos Cedros, com as seguintes características:

I - coordenadas geográficas do eixo do barramento: 26º39'40"S e 49º19'57"W

II - nível d'água máximo normal a montante: 271,00 m;

III - nível d'água *maximum maximorum* a montante: 273,80 m;

IV - nível d'água mínimo normal a montante: 271,00 m;

V - área inundada do reservatório no nível d'água máximo normal: 0,0019 km²;

VI - volume do reservatório no nível d'água máximo normal: 2,214 hm³ ;

VII - altura máxima da barragem: 3,50 m.

VIII – extensão do trecho do Rio dos Cedros entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga: 5,07 km.

IX – descarga de projeto do vertedouro: 565,60 m³/s (Período de retorno de 1000 anos).

⁴ Segundo Ray K. Linsley e Joseph B. Franzini em **Engenharia de Recursos Hídricos**, tradução e adaptação de Luiz Américo Pastorino, São Paulo: McGraw-Hill e Universidade de São Paulo, 1978: “...um **reservatório de acumulação** serve para reter esse excesso de água dos períodos de grandes vazões para ser utilizado nas épocas de seca. Além de conservar a água para uso ulterior, o armazenamento das águas das cheias pode também reduzir os prejuízos das inundações a jusante do reservatório...”

Art. 3º A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto desta Portaria:

I - não confere direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão a ser outorgada, possibilitando, ao investidor, o planejamento de seu empreendimento;

II - tem prazo de validade de três anos, contados a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser renovada, mediante solicitação da ANEEL, por igual período; e

III - por se caracterizar como Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado, no caso de incidência nos arts. 15 e 49 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e em caso de indeferimento ou cassação da Licença Ambiental pelo órgão competente;

IV - poderá ser revista após a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos ou da elaboração do Plano da Bacia, e da realização do Cadastramento de Usuários nas seções a montante do empreendimento, ou ainda por alteração dos critérios de outorga.

Art. 4º As condições de operação do reservatório do aproveitamento hidrelétrico deverão respeitar as seguintes condições gerais:

I – a vazão mínima remanescente a jusante, entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga, não poderá ser inferior à vazão ecológica estabelecida pelo órgão ambiental;

II – o reservatório deverá ser operado de modo a garantir as condições adequadas de qualidade e níveis da água, necessários aos usos múltiplos cadastrados junto à SDS;

III – em caso de existência de aproveitamentos hidroelétricos no trecho ensecado, deverá ser mantida a vazão suficiente para a garantia do funcionamento dos empreendimentos existentes.

Art. 5º O futuro outorgado deverá implantar e manter estações de monitoramento pluviométrico e fluviométrico previsto na Resolução ANEEL 396/1998, desde o início da construção do empreendimento, devendo os dados ser disponibilizados para o órgão outorgante estadual, com a frequência exigida na referida resolução. Os pontos monitorados deverão ser tele-medidos, estando o empreendedor obrigado a manter atualizadas, anualmente, as curvas cota-descarga. São exigidas as seguintes especificações mínimas:

I – monitoramento diário de vazões turbinadas, vertidas e remanescentes;

II – monitoramento diário de vazões afluentes;

III – monitoramento diário de níveis d'água a montante e a jusante, em pontos sujeitos à inundação;

Art. 6º Esta Declaração será transformada pela SDS em outorga de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamento hidrelétrico, ao titular que receber da ANEEL a concessão ou a autorização para o uso do potencial de energia hidráulica, mediante apresentação de:

I – comprovante de inclusão do empreendimento no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos - CEURH;

II – comprovante de pagamento de emolumentos previstos legalmente;

III – requerimento de outorga.

Art. 7º Essa Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo futuro outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º O direito de uso de recursos hídricos, quando da transformação desta Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica em Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, estará sujeito à cobrança, nos termos da legislação pertinente.

”

4.2. PCH Curt Lindner, no rio Rauen.

“PORTARIA SDS Nº 067, 20 DE DEZEMBRO DE 2007

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007; Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994; Decreto Estadual nº 4.778 de 11 de outubro de 2006 e Portarias nºs 025/2006,

035/2006 e 035/2007, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, resolve e torna público, em resposta à solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL: PROCESSO nº: 48500.001428/06-33

Art. 1º Declarar reservadas à ANEEL, na seção do Rio do Rauem, situada nas coordenadas 27°01'27"S e 50°10'55"W, as vazões naturais afluentes, conforme a série de vazões aprovada pela ANEEL, constante no Projeto Básico apresentado, subtraídas das vazões destinadas ao atendimento de outros usos consuntivos a montante.

Parágrafo único - As vazões destinadas ao atendimento de outros usos representam o cenário projetado para um horizonte de 30 anos, considerando-se os usos múltiplos a montante da bacia. Como critério para definição do valor máximo de vazão outorgável, foi adotado o valor de 100% da Q_{98} (vazão com permanência em 98% do tempo), que resultou em uma vazão de 0,175 m³/s, a ser subtraída das vazões naturais afluentes.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade do aproveitamento hidrelétrico PCH Curt Lindner, localizada no município de Taió, com as seguintes características:

I - coordenadas geográficas do eixo do barramento: 27°01'27"S e 50°10'55"W

II - nível d'água máximo normal a montante: 527,18 m;

III - nível d'água *maximum maximorum* a montante: 528,38 m;

IV - nível d'água mínimo normal a montante: 527,08 m;

V - área inundada do reservatório no nível d'água máximo normal: 0,0006 km²;

VI - volume do reservatório no nível d'água máximo normal: 0,00015 hm³ ;

VII - altura máxima da barragem: 0,5 m.

VIII – extensão do trecho do rio do Rauem entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga: 2,37 km.

IX – descarga de projeto do vertedouro: 140,74 m³/s (Período de retorno de 1000 anos).

Art. 3º A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto desta Portaria:

I - não confere direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão a ser outorgada, possibilitando, ao investidor, o planejamento de seu empreendimento;

II - tem prazo de validade de três anos, contados a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser renovada, mediante solicitação da ANEEL, por igual período; e

III - por se caracterizar como Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado, no caso de incidência nos arts. 15 e 49 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e em caso de indeferimento ou cassação da Licença Ambiental pelo órgão competente;

IV - poderá ser revista após a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos ou da elaboração do Plano da Bacia, e da realização do Cadastramento de Usuários nas seções a montante do empreendimento, ou ainda por alteração dos critérios de outorga.

Art. 4º As condições de operação do reservatório do aproveitamento hidrelétrico deverão respeitar as seguintes condições gerais:

I – a vazão mínima remanescente a jusante, entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga, não poderá ser inferior à vazão ecológica estabelecida pelo órgão ambiental;

II – o reservatório deverá ser operado de modo a garantir as condições adequadas de qualidade e níveis da água, necessários aos usos múltiplos cadastrados junto à SDS.

Art. 5º O futuro outorgado deverá implantar e manter estações de monitoramento pluviométrico e fluviométrico previsto na Resolução ANEEL 396/1998, desde o início da construção do empreendimento, devendo os dados ser disponibilizados para o órgão outorgante estadual, com a frequência exigida na referida resolução. Os pontos monitorados deverão ser tele-medidos, estando o empre-

endedor obrigado a manter atualizadas, anualmente, as curvas cota-descarga. São exigidas as seguintes especificações mínimas:

I – monitoramento diário de vazões turbinadas, vertidas e remanescentes;

II – monitoramento diário de vazões afluentes;

III – monitoramento diário de níveis d'água a montante e a jusante, em pontos sujeitos à inundação;

Art. 6º Esta Declaração será transformada pela SDS em outorga de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamento hidrelétrico, ao titular que receber da ANEEL a concessão ou a autorização para o uso do potencial de energia hidráulica, mediante apresentação de:

I – comprovante de inclusão do empreendimento no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos - CEURH;

II – comprovante de pagamento de emolumentos previstos legalmente;

III – requerimento de outorga.

Art. 7º Essa Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo futuro outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º O direito de uso de recursos hídricos, quando da transformação desta Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica em Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, estará sujeito à cobrança, nos termos da legislação pertinente.

”

4.3. PCH Estação Indaial

“PORTARIA SDS Nº 068, 20 DE DEZEMBRO DE 2007

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007; Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994; Decreto Estadual nº 4.778 de 11 de outubro de 2006 e Portarias nºs 025/2006, 035/2006 e 035/2007, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, resolve e torna público, em resposta à solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL: PROCESSO nº: 48500.001318/02-10

Art. 1º Declarar reservadas à ANEEL, na seção do Rio Itajaí-Açu, situada nas coordenadas 26°53'08''S e 49°12'01''W, as vazões naturais afluentes, conforme a série de vazões aprovada pela ANEEL, constante no Projeto Básico apresentado, subtraídas das vazões destinadas ao atendimento de outros usos consuntivos a montante.

Parágrafo único - As vazões destinadas ao atendimento de outros usos representam o cenário projetado para um horizonte de 30 anos, considerando-se os usos múltiplos a montante da bacia. Como critério para definição do valor máximo de vazão outorgável, foi adotado o valor de 100% da Q_{98} (vazão com permanência em 98% do tempo), que resultou em uma vazão de 92,012 m³/s, a ser subtraída das vazões naturais afluentes.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade do aproveitamento hidrelétrico PCH Estação Indaial, localizada no município de Indaial, com as seguintes características:

I - coordenadas geográficas da casa de força: 26°53'08''S e 49°12'01''W

II - nível d'água máximo normal a montante: 47,00 m;

III - nível d'água *maximum maximorum* a montante: 50,00 m;

IV - nível d'água mínimo normal a montante: 47,00 m;

V - área inundada do reservatório no nível d'água máximo normal: 0,309 km²;

VI - volume do reservatório no nível d'água máximo normal: 0,418 hm³ ;

VII - altura máxima da barragem: 2,5 m.

VIII – extensão do trecho do rio Itajaí-Açu entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga: 0,00 km.

IX – descarga de projeto do vertedouro: 1.385,78 m³/s (Período de retorno de 500 anos).

Art. 3º A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto desta Portaria:

I - não confere direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão a ser outorgada, possibilitando, ao investidor, o planejamento de seu empreendimento;

II - tem prazo de validade de três anos, contados a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser renovada, mediante solicitação da ANEEL, por igual período; e

III - por se caracterizar como Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado, no caso de incidência nos arts. 15 e 49 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e em caso de indeferimento ou cassação da Licença Ambiental pelo órgão competente;

IV - poderá ser revista após a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos ou da elaboração do Plano da Bacia, e da realização do Cadastramento de Usuários nas seções a montante do empreendimento, ou ainda por alteração dos critérios de outorga.

Art. 4º As condições de operação do reservatório do aproveitamento hidrelétrico deverão respeitar as seguintes condições gerais:

I – a vazão mínima remanescente a jusante, entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga, não poderá ser inferior à vazão ecológica estabelecida pelo órgão ambiental;

II – o reservatório deverá ser operado de modo a garantir as condições adequadas de qualidade e níveis da água, necessários aos usos múltiplos cadastrados junto à SDS.

Art. 5º O futuro outorgado deverá implantar e manter estações de monitoramento pluviométrico e fluviométrico previsto na Resolução ANEEL 396/1998, desde o início da construção do empreendimento, devendo os dados ser disponibilizados para o órgão outorgante estadual, com a frequência exigida na referida resolução. Os pontos monitorados deverão ser tele-medidos, estando o empreendedor obrigado a manter atualizadas, anualmente, as curvas cota-descarga. São exigidas as seguintes especificações mínimas:

I – monitoramento diário de vazões turbinadas, vertidas e remanescentes;

II – monitoramento diário de vazões afluentes;

III – monitoramento diário de níveis d'água a montante e a jusante, em pontos sujeitos à inundação;

Art. 6º Esta Declaração será transformada pela SDS em outorga de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamento hidrelétrico, ao titular que receber da ANEEL a concessão ou a autorização para o uso do potencial de energia hidráulica, mediante apresentação de:

I – comprovante de inclusão do empreendimento no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos - CEURH;

II – comprovante de pagamento de emolumentos previstos legalmente;

III – requerimento de outorga.

Art. 7º Essa Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo futuro outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º O direito de uso de recursos hídricos, quando da transformação desta Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica em Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, estará sujeito à cobrança, nos termos da legislação pertinente.

.....”

4.4. PCH Santa Maria

“PORTARIA Nº 14 - SDS, DE 12 DE MARÇO DE 2008

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Complementar n.º 381, de 07 de maio de 2007; Lei Estadual n.º 9.748, de 30 de novembro de 1994; Decreto Estadual n.º 4.778 de 11 de outubro de 2006 e Portarias n.ºs 025/2006, 035/2006 e 035/2007, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, torna público, em resposta à solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no Processo n.º: 48500.003800/02-40, e:

CONSIDERANDO que os usos múltiplos a montante da bacia têm como valor máximo de vazão outorgável 50% da Q_{98} (vazão com permanência em 98% do tempo);

RESOLVE:

Art. 1º Declarar reservadas à ANEEL, na seção do Rio Santa Maria, situada nas coordenadas 26°45'11,2''S e 49°25'06,4''W, as vazões naturais afluentes, conforme a série de vazões aprovada pela ANEEL, constante no Projeto Básico apresentado, subtraído o consumo médio efetivo destinado ao atendimento de outros usos consuntivos a montante.

Parágrafo único – Para o aproveitamento hidrelétrico PCH Santa Maria, o consumo médio efetivo a ser subtraído das vazões naturais afluentes será de **0,03 m³/s**.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade do aproveitamento hidrelétrico PCH Santa Maria, localizada no município de Benedito Novo, com as seguintes características:

I - coordenadas geográficas na tomada d'água: 26°45'11,2''S e 49°25'06,4''W

II - nível d'água normal na tomada d'água: 500,1 m;

III – nível d'água mínimo operacional na tomada d'água: 499,1 m

IV – nível d'água máximo de enchente na tomada d'água (Período de retorno de 1000 anos): 503,5 m;

V - altura máxima da barragem: 1,0 m.

VI – extensão do trecho do rio Santa Maria entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga: 1,50 km.

VII – descarga de projeto do vertedouro: 109,1 m³/s (Período de retorno de 1000 anos).

Art. 3º A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto desta Portaria:

I - não confere direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão a ser outorgada, possibilitando, ao investidor, o planejamento de seu empreendimento;

II - tem prazo de validade de três anos, contados a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser renovada, mediante solicitação da ANEEL, por igual período; e

III - por se caracterizar como Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, poderá ser revogada ou suspensa a qualquer tempo, independentemente de indenização, nos casos expressos nos artigos 42 e 43 do Decreto Estadual n.º 4.778/2006;

IV - poderá ser revista após a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos ou da elaboração do Plano da Bacia, da realização do Cadastramento de Usuários nas seções a montante do empreendimento, ou ainda por alteração dos critérios de outorga.

Art. 4º As condições de operação do reservatório do aproveitamento hidrelétrico deverão respeitar as seguintes condições gerais:

I – a vazão mínima remanescente a jusante, entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga, não poderá ser inferior à vazão ecológica estabelecida pelo órgão ambiental;

II – o reservatório deverá ser operado de modo a garantir as condições adequadas de qualidade e níveis da água, necessários aos usos múltiplos cadastrados junto à SDS.

Art. 5º O futuro outorgado deverá implantar e manter estações de monitoramento pluviométrico e fluviométrico previsto na resolução ANEEL 396/1998, desde o início da construção do empreendimento, devendo os dados ser disponibilizados para o órgão outorgante estadual, com a frequência exigida na referida resolução. Os pontos monitorados deverão ser tele-medidos, estando o empre-

endedor obrigado a manter atualizadas, anualmente, as curvas cota-descarga. São exigidas as seguintes especificações mínimas:

I – monitoramento diário de vazões turbinadas, vertidas e remanescentes;

II – monitoramento diário de vazões afluentes;

III – monitoramento diário de níveis d'água a montante e a jusante, em pontos sujeitos à inundação;

Art. 6º Esta Declaração será transformada pela SDS em outorga de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamento hidrelétrico, ao titular que receber da ANEEL a concessão ou a autorização para o uso do potencial de energia hidráulica, mediante apresentação de:

I – comprovante de inclusão do empreendimento no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos - CEURH;

II – comprovante de pagamento de emolumentos previstos legalmente;

III – requerimento de outorga;

IV – implantação de estrutura adequada para manutenção da vazão ecológica.

Art. 7º Esta Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica não autoriza a implantação dos barramentos para os reservatórios do Ribeirão do Campo (Reservatório de Regularização) e do Arnildo (Reservatório de Acumulação Forçada). Estas obras hidráulicas estão sujeitas à outorga de direito de uso de recursos hídricos, conforme o art. 7º, VI, do Decreto nº 4.778/2006, sendo de exclusiva responsabilidade do empreendedor o requerimento de outorga junto à SDS para cada empreendimento.

Art. 8º Essa Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo futuro outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 9º O direito de uso de recursos hídricos, quando da transformação desta Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica em Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, estará sujeito à cobrança, nos termos da legislação pertinente.

”

4.5. Portaria de Revisão

“PORTARIA SDS Nº 15, DE 24 DE MARÇO DE 2008

ALTERA as Portarias SDS nºs 045/07, 046/07, 047/07, 048/07, 049/07, 050/07, 051/07, 057/07, 058/07, 059/07, 060/07, 064/07, 065/07, 066/07, 067/07, 068/07, 069/07, 070/07, 071/07, 072/07, 073/07, 074/07, 075/07, 076/07, que declaram reservadas à ANEEL as disponibilidades hídricas dos respectivos aproveitamentos denominados PCH Spessato, PCH Barra do Leão, PCH Santo Expedito, PCH Aguti, PCH Nova Trento, PCH São Sebastião I, PCH São Valentin, PCH São Sebastião II, PCH Barra Clara, PCH Coqueiral, PCH Santa Ana, PCH Antoninha, PCH Arrozeira Meyer, PCH Coxilha Rica, PCH Curt Lindner, PCH Estação Indaial, PCH Gamba, PCH Malacara, PCH Pardos, PCH Rio Vermelho, PCH Salto Góes, PCH Santo Cristo, PCH São Mateus, PCH Volta Grande.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007; Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994; Decreto Estadual nº 4.778 de 11 de outubro de 2006 e Portarias nºs 025/2006, 035/2006 e 035/2007, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, torna público, em resposta à solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e:

CONSIDERANDO que os usos múltiplos a montante das bacias hidrográficas destinadas à implantação dos empreendimentos citados no preâmbulo, têm como valor máximo de vazão outorgável 50% da Q_{98} (vazão com permanência em 98% do tempo);

RESOLVE:

(ommissis)

Art. 13 - O art. 1º e parágrafo único da Portaria nº 065/07, de 17.12.2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declarar reservadas à ANEEL, na seção do Rio dos Cedros, situada nas coordenadas 26°39’40”S e 49°19’57”W, as vazões naturais afluentes, conforme a série de vazões aprovada pela ANEEL, constante no Projeto Básico apresentado, subtraído o consumo médio efetivo destinado ao atendimento de outros usos consuntivos a montante.

*Parágrafo único – Para o aproveitamento hidrelétrico PCH Arroeira Meyer, o consumo médio efetivo a ser subtraído das vazões naturais afluentes será de **0,40 m³/s.**”*

Art. 14 - **(ommissis)**

Art. 15 - O art. 1º e parágrafo único da Portaria nº 067/07, de 17.12.2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declarar reservadas à ANEEL, na seção do Rio do Rauem, situada nas coordenadas 27°01’27”S e 50°10’55”W, as vazões naturais afluentes, conforme a série de vazões aprovada pela ANEEL, constante no Projeto Básico apresentado, subtraído o consumo médio efetivo destinado ao atendimento de outros usos consuntivos a montante.

*Parágrafo único – Para o aproveitamento hidrelétrico PCH Curt Lindner, o consumo médio efetivo a ser subtraído das vazões naturais afluentes será de **0,06 m³/s.**”*

Art. 16 - O art. 1º e parágrafo único da Portaria nº 068/07, de 17.12.2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declarar reservadas à ANEEL, na seção do Rio Itajaí-Açú, situada nas coordenadas 26°53’08”S e 49°12’01”W, as vazões naturais afluentes, conforme a série de vazões aprovada pela ANEEL, constante no Projeto Básico apresentado, subtraído o consumo médio efetivo destinado ao atendimento de outros usos consuntivos a montante.

*Parágrafo único – Para o aproveitamento hidrelétrico PCH Estação Indaial, o consumo médio efetivo a ser subtraído das vazões naturais afluentes será de **9,72 m³/s.**”*

(ommissis)

Art. 25 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

4.6. PCH Karl Kuhlemann

PORTARIA Nº 21 - SDS, DE 12 DE MAIO DE 2008

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007; Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994; Decreto Estadual nº 4.778 de 11 de outubro de 2006 e Portarias nºs 025/2006, 035/2006 e 035/2007, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, torna público, em resposta à solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no Processo nº: 48500.005248/2006-01, e:

CONSIDERANDO que os usos múltiplos a montante da bacia têm como valor máximo de vazão outorgável 50% da Q_{98} (vazão com permanência em 98% do tempo);

RESOLVE:

Art. 1º Declarar reservadas à ANEEL, na seção do Rio Krauel, situada nas coordenadas 26°59’13”S e 49°40’51”W, as vazões naturais afluentes, conforme a série de vazões aprovada pela

ANEEL, constante no Projeto Básico apresentado, subtraído o consumo médio efetivo destinado ao atendimento de outros usos consuntivos a montante.

Parágrafo único – Para o aproveitamento hidrelétrico PCH Karl Kuhlemann, o consumo médio efetivo a ser subtraído das vazões naturais afluentes será de **0,1398 m³/s**.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade do aproveitamento hidrelétrico Karl Kuhlemann, localizada no município de Dona Emma, com as seguintes características:

I - coordenadas geográficas do eixo do barramento: 26°59'13''S e 49°40'51''W

II - nível d'água máximo normal a montante: 321,30 m;

III - nível d'água *maximum maximorum* a montante: 324,10 m;

IV - nível d'água mínimo normal a montante: 321,30 m;

V - área inundada do reservatório no nível d'água máximo normal: 0,113 km²;

VI - volume do reservatório no nível d'água máximo normal: 10.122 m³ ;

VII - altura máxima da barragem: 7,1 m.

VIII – extensão do trecho do rio Krauel entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga: 380 m.

IX – descarga de projeto do vertedouro: 335 m³/s (Período de retorno de 500 anos).

Art. 3º A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto desta Portaria:

I - não confere direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão a ser outorgada, possibilitando, ao investidor, o planejamento de seu empreendimento;

II - tem prazo de validade de três anos, contados a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser renovada, mediante solicitação da ANEEL, por igual período; e

III - por se caracterizar como Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, poderá ser revogada ou suspensa a qualquer tempo, independentemente de indenização, nos casos expressos nos artigos 42 e 43 do Decreto Estadual nº 4.778/2006;

IV - poderá ser revista após a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos ou da elaboração do Plano da Bacia, da realização do Cadastramento de Usuários nas seções a montante do empreendimento, ou ainda por alteração dos critérios de outorga.

Art. 4º As condições de operação do reservatório do aproveitamento hidrelétrico deverão respeitar as seguintes condições gerais:

I – a vazão mínima remanescente a jusante, entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga, não poderá ser inferior à vazão ecológica estabelecida pelo órgão ambiental;

II – o reservatório deverá ser operado de modo a garantir as condições adequadas de qualidade e níveis da água, necessários aos usos múltiplos cadastrados junto à SDS.

Art. 5º O futuro outorgado deverá implantar e manter estações de monitoramento pluviométrico e fluviométrico previsto na resolução ANEEL 396/1998, desde o início da construção do empreendimento, devendo os dados ser disponibilizados para o órgão outorgante estadual, com a frequência exigida na referida resolução. Os pontos monitorados deverão ser tele-medidos, estando o empreendedor obrigado a manter atualizadas, anualmente, as curvas cota-descarga. São exigidas as seguintes especificações mínimas:

I – monitoramento diário de vazões turbinadas, vertidas e remanescentes;

II – monitoramento diário de vazões afluentes;

III – monitoramento diário de níveis d'água a montante e a jusante, em pontos sujeitos à inundação;

Art. 6º Esta Declaração será transformada pela SDS em outorga de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamento hidrelétrico, ao titular que receber da ANEEL a concessão ou a autorização para o uso do potencial de energia hidráulica, mediante apresentação de:

I – comprovante de inclusão do empreendimento no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos - CEURH;

II – comprovante de pagamento de emolumentos previstos legalmente;

III – requerimento de outorga.

Art. 7º Essa Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo futuro outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º O direito de uso de recursos hídricos, quando da transformação desta Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica em Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, estará sujeito à cobrança, nos termos da legislação pertinente.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

”

4.7. PCH Helena Kuhlemann

“PORTARIA Nº 22 - SDS, DE 12 DE MAIO DE 2008

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007; Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994; Decreto Estadual nº 4.778 de 11 de outubro de 2006 e Portarias nºs 025/2006, 035/2006 e 035/2007, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, torna público, em resposta à solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no Processo nº: 48500.005962/2006-46, e:

CONSIDERANDO que os usos múltiplos a montante da bacia têm como valor máximo de vazão outorgável 50% da Q_{98} (vazão com permanência em 98% do tempo);

RESOLVE:

Art. 1º Declarar reservadas à ANEEL, na seção do Rio Krauel, situada nas coordenadas 26°59'21''S e 49°40'34''W, as vazões naturais afluentes, conforme a série de vazões aprovada pela ANEEL, constante no Projeto Básico apresentado, subtraído o consumo médio efetivo destinado ao atendimento de outros usos consuntivos a montante.

Parágrafo único – Para o aproveitamento hidrelétrico PCH Helena Kuhlemann, o consumo médio efetivo a ser subtraído das vazões naturais afluentes será de **0,13 m³/s**.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade do aproveitamento hidrelétrico Helena Kuhlemann, localizada no município de Dona Emma, com as seguintes características:

I - coordenadas geográficas do eixo do barramento: 26°59'21''S e 49°40'34''W

II - nível d'água máximo normal a montante: 285 m;

III - nível d'água *maximum maximorum* a montante: 287,5 m;

IV - nível d'água mínimo normal a montante: 285 m;

V - área inundada do reservatório no nível d'água máximo normal: 0,105 km²;

VI - volume do reservatório no nível d'água máximo normal: 35.466 m³ ;

VII - altura máxima da barragem: 8,0 m.

VIII – extensão do trecho do rio Krauel entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga: 852 m.

IX – descarga de projeto do vertedouro: 337 m³/s (Período de retorno de 500 anos).

Art. 3º A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto desta Portaria:

I - não confere direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão a ser outorgada, possibilitando, ao investidor, o planejamento de seu empreendimento;

II - tem prazo de validade de três anos, contados a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser renovada, mediante solicitação da ANEEL, por igual período; e

III - por se caracterizar como Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, poderá ser revogada ou suspensa a qualquer tempo, independentemente de indenização, nos casos expressos nos artigos 42 e 43 do Decreto Estadual nº 4.778/2006;

IV - poderá ser revista após a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos ou da elaboração do Plano da Bacia, da realização do Cadastramento de Usuários nas seções a montante do empreendimento, ou ainda por alteração dos critérios de outorga.

Art. 4º As condições de operação do reservatório do aproveitamento hidrelétrico deverão respeitar as seguintes condições gerais:

I – a vazão mínima remanescente a jusante, entre a barragem e a restituição pelo canal de fuga, não poderá ser inferior à vazão ecológica estabelecida pelo órgão ambiental;

II – o reservatório deverá ser operado de modo a garantir as condições adequadas de qualidade e níveis da água, necessários aos usos múltiplos cadastrados junto à SDS.

Art. 5º O futuro outorgado deverá implantar e manter estações de monitoramento pluviométrico e fluviométrico previsto na resolução ANEEL 396/1998, desde o início da construção do empreendimento, devendo os dados ser disponibilizados para o órgão outorgante estadual, com a frequência exigida na referida resolução. Os pontos monitorados deverão ser tele-medidos, estando o empreendedor obrigado a manter atualizadas, anualmente, as curvas cota-descarga. São exigidas as seguintes especificações mínimas:

I – monitoramento diário de vazões turbinadas, vertidas e remanescentes;

II – monitoramento diário de vazões afluentes;

III – monitoramento diário de níveis d'água a montante e a jusante, em pontos sujeitos à inundação;

Art. 6º Esta Declaração será transformada pela SDS em outorga de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamento hidrelétrico, ao titular que receber da ANEEL a concessão ou a autorização para o uso do potencial de energia hidráulica, mediante apresentação de:

I – comprovante de inclusão do empreendimento no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos - CEURH;

II – comprovante de pagamento de emolumentos previstos legalmente;

III – requerimento de outorga.

Art. 7º Essa Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo futuro outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º O direito de uso de recursos hídricos, quando da transformação desta Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica em Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, estará sujeito à cobrança, nos termos da legislação pertinente.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

”

5. Conclusões

Em face do exposto, deve a CTAP debater os seguintes itens e propor encaminhamentos como sugerido:

- 5.1. As partes baixas dos rios Itajaí-açu, Itajaí-mirim e outros afluentes desses rios são federais. Há interesse nos desdobramentos dessa constatação, notadamente os espaciais:

- ◆ nas seguintes câmaras do CNRH, de forma direta: Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST;
- ◆ na ANA;

O encaminhamento da matéria à ANA, para emissão de parecer e pronunciamento quanto a repercussões, deve preceder as consultas às câmaras técnicas do CNRH.

- 5.2. A necessidade de se ter um comitê de bacia hidrográfica misto (federal e estadual) para a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açu ou de se ter diversos comitês de bacia hidrográfica para a mesma macrobacia: um federal, na parte baixa do rio Itajaí-açu e seus afluentes que sofrem influência de maré em amplitude anual igual ou maior do que 5 cm, e tantos outros estaduais quantos forem as partes estaduais desses rios.

As diversas bacias estaduais (correspondentes aos trechos estaduais dos rios que sofrem a influência de maré apontada) poderão ser objeto de apenas um comitê de bacia hidrográfica, em consonância com o inciso III do **caput** do artigo 37 da Lei n.º 9.433/1997.

O pronunciamento da CTPNRH deve ser solicitado.

- 5.3. A urgência em se fortalecer o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí ou Comitê do Itajaí, estadual, que não tem opinado previamente em declarações de reserva de disponibilidade hídrica de aproveitamentos hidroenergético, segundo declaração de parte de seus membros.

Os comitês de bacia hidrográfica têm, nos incisos I e II do **caput** do artigo 38 da Lei n.º 9.433/1997, a essência de suas existências. Quem tem a competência de promover debates sobre questões relacionadas a recursos hídricos, de articular a atuação das entidades intervenientes nessas questões e de arbitrar conflitos relacionados a recursos hídricos não pode ter a sua oitiva suprimida na reserva de disponibilidades hídricas.

Se é fundamental que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas (Lei n.º 9.433/1997, art. 1º, inciso IV);

Se é fundamental que a bacia hidrográfica seja a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH (Lei n.º 9.433/1997, art. 1º, inciso V);

Se é objetivo da PNRH a utilização racional e integrada dos recursos hídricos (Lei n.º 9.433/1997, art. 2º, inciso II) e se o vocábulo racional foi empregado no sentido de razão, de uso das faculdades mentais, de planejamento...

Se a gestão sistemática dos recursos hídricos é diretriz geral para a implementação da PNRH (Lei n.º 9.433/1997, art. 3º, inciso I) e se essa expressão, gestão sistemática, denota dinamicidade organizada;

Se a articulação do planejamento de recursos hídricos com o planejamento dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional são diretrizes gerais para a implementação da PNRH (Lei n.º 9.433/1997, art. 3º, inciso IV), e se isso revela a interação dos planos de bacias hidrográficas com o planejamento setorial e a interação dos planos de bacia hidrográfica com planos regionais, estaduais e nacionais;

Se a outorga de direitos de uso de recurso hídrico é instrumento da PNRH (Lei n.º 9.433/1997, art. 5º, inciso III);

Se o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos objetiva assegurar o efetivo exercício dos direitos de acesso à água (Lei n.º 9.433/1997, art. 11); a interpretação do disposto no parágrafo único do artigo 13 da Lei n.º 9.433/1997 não pode ser a óbvia, ou seja, a que se traduz naquilo que todo e qualquer bem de uso comum do povo já tem: **o uso da coisa comum por um não pode turbar o uso atual e futuro de outro.**

Dessarte, deve o CNRH propugnar para que a exegese do estatuído no parágrafo único do artigo 13 da Lei n.º 9.433/1997 se alinhe com o planejamento integrado, com a necessidade de otimização multiuso dos arranjos gerais dos barramentos de cursos d'água.

A Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL deve ser instada a se pronunciar.

- 5.4. A conveniência de se aperfeiçoar o instituto do Comitê de Bacia Hidrográfica, a partir do estudo de caso do comitê estadual acima enfocado.

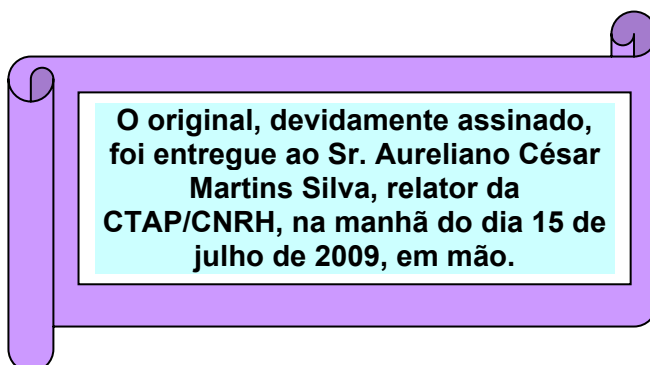
Deve ser proposta uma oficina para o caso relatado.

- 5.5. Na regulamentação **lato sensu** do inciso III do artigo 35 da Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a CTAP deve considerar como sujeitos à deliberação do CNRH os aproveitamentos de recursos hídricos estaduais da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açu em relação à parte federal do rio Itajaí-açu e às partes federais de seus afluentes.

Deve ser observado que o dispositivo legal acima citado é autoaplicável. A regulamentação que se processa no âmbito do CNRH é meramente didática.

- 5.6. Não desperdiçando a oportunidade de se equacionar a questão das cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açu por intermédio de aproveitamentos multiusos, deve-se propugnar para que o CNRH chame a si todos os projetos de aproveitamento de recursos hídricos para fins de geração hidrelétrica já com reserva de disponibilidade hídrica em tal bacia hidrográfica, suspendendo essas outorgas em face da necessidade de deliberação do CNRH, ao abrigo do inciso III do artigo 35 da Lei n.º 9.433/1997.

Atenciosamente,



Fred Crawford Prado

Representante do Ministério dos Transportes na CTAP/CNRH
Diretor do Departamento do Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes
(substituto)